

Mais educação e menos emprego para os jovens de Rondônia: *a crônica de uma economia orientada para produtos básicos*

Luciano Edison da Silva
Instituto Federal de Rondônia
luciano_soc@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0001-6449-3447>

Claudemir Miranda Barboza
Instituto Federal de Rondônia
claudemir.barboza@ifro.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-3294-0537>

Marcilei Serafim Germano
Instituto Federal de Rondônia
marcilei.germano@ifro.edu.br
<https://orcid.org/0000-0001-9855-0526>

RESUMO: O presente artigo é fruto de pesquisa desenvolvida no Instituto Federal de Rondônia, motivada pela inquietação em relação à baixa empregabilidade de jovens, justamente quando tem sido registrado o aumento em sua escolaridade. O objetivo deste trabalho foi examinar o cenário dos empregos no Estado de Rondônia, para os egressos do ensino médio, com base em dados dos Ministérios do Trabalho e da Educação. Nesse sentido, através do levantamento dos números e análises à luz de teóricos especializados na temática, principalmente Kuenzer, Frigotto, Ciavatta, Cano e Saboia, as reflexões permitiram compreender uma economia em processo de desindustrialização e reprimarização desde os anos de 1980, com impacto nos tipos de ocupações disponíveis. Dessa maneira, os postos de alta atividade tecnológica, que exigem qualificação mais elevada, apresentam pouca oferta nesse tipo de estrutura econômica, frustrando as expectativas da juventude quanto à inserção no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Educação. Trabalho. Juventude.

MORE EDUCATION AND LESS EMPLOYMENT FOR YOUNG PEOPLE IN RONDÔNIA: THE CHRONICLE OF AN ECONOMY ORIENTED TOWARD BASIC PRODUCTS

ABSTRACT:

This article is the result of research developed at the Federal Institute of Rondônia, motivated by concerns about the low employability of young people, precisely when the increase in their schooling has been recorded. The objective of this work was to examine the employment scenario in the State of Rondônia, for high school graduates, based on data from the Ministries of Labor and Education. In this sense, through the survey of numbers and analyses in the light of theorists specialized in the subject, mainly Kuenzer, Frigotto, Ciavatta, Cano and Saboia, the reflections allowed to understand an economy in process of deindustrialization and reprimarization since the years of 1980, with impact on the types of occupations available. This time, high-tech jobs, which require higher qualification, have little supply in this type of economic structure, frustrating the expectations of youth regarding the insertion into the labor market.

KEYWORDS: Education. Job. Youth.



INTRODUÇÃO

A fase juvenil, sendo uma etapa importante para a formação de sujeitos autônomos e independentes, para além do seio familiar (PAIS, 1990), coloca essa população diante de grandes desafios, dos quais o emprego é um dos principais. Nesse caminho, é uma faixa etária que marca a transitoriedade para a maturidade social, com entrada no mundo do trabalho, saída da casa dos pais/responsáveis e constituição de família própria.

De mensuração ingente, a fase jovem do indivíduo é compreendida entre 15 e 29 anos de idade, segundo o Estatuto da Juventude. Entretanto, Bourdieu (1983) alerta sobre as divisões arbitrárias que acabam impondo o lugar que cada um deva ocupar nesses estratos. Por isso, a sociologia da juventude tende a utilizar o termo juventudes, em vez de juventude, pois, como alerta (ROCHA-DE-OLIVEIRA *et al.*, 2012), é necessário considerar “os aspectos da formação histórica, diferenças sociais e econômicas de cada país, além de culturas nacionais e regionais que têm sua lógica” (p. 552).

A partir dos 18 anos, etapa em que as escolhas têm forte impacto na fase adulta, os jovens se deparam com uma fronteira em que a escola e o trabalho se tornam equivalentes (ROCHA, 2008). O ingresso no mercado de trabalho passa a ser fundamental, pois a realização de seus projetos está atrelada a ele. Assim, quanto mais tempo passam no ensino médio, para além do esperado, a evasão escolar começa a entrar na alça de mira do estudante. Isso porque, a partir daí, o estudo passa a representar uma terceira jornada de trabalho, principalmente para aqueles que vivem do trabalho (KUENZER, 2007).

Esse cenário tem se registrado, conforme apontam os estudos e dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), bem como a plataforma Dados Educacionais (QEDu). A evasão, abandono e término dos estudos em etapas elementares da educação encontra na baixa perspectiva de inserção em postos de trabalho de alta performance um obstáculo crônico. Como explica Kuenzer (2007), a continuidade dos estudos para além da última etapa da educação básica pode se apresentar exaustivo e sem significativo retorno ao vislumbrar que o cenário dos empregos se concentra em ocupações de, no máximo, ensino médio propedêutico. Mas, como os dados abaixo mostram, aí se encontra a incompreensão desse quadro, pois cada vez mais aqueles postos de trabalho de escolaridade elementar estão sendo ocupados por trabalhadores sobrequalificados, devido à ausência de trabalho ajustado à sua formação.

É esse quadro dos postos de trabalho que imprime o comportamento da educação. Reflexo de uma estrutura econômica de baixa intensidade tecnológica, que gera empregos e exige qualificação nos mesmos termos (SABOIA, 2009), tem frustrado as aspirações juvenis com um cenário nada animador. Com isso, empregos informais, a inatividade e o desemprego têm sido a conjuntura que se coloca diante dessa faixa etária (OIT, 2015) e, conforme indicam novas pesquisas, sem sinais de melhora.

Esse movimento, registrado em nível nacional, também ocorre no Estado de Rondônia, que tem recrudescido sobre as bases da exportação de carne bovina e soja, ao

mesmo tempo que apresenta estagnação em ocupações de escolaridade técnica de nível médio e tímida ascensão de ensino superior, entre 2012 e 2016.

Situado no norte do país, repete a conjuntura nacional: avanço em indicadores educacionais e estacionários para ocupações mais complexas. O aumento da exportação de produtos básicos têm sido um dos importantes motores para esse processo, com impacto sobre a educação, pois essa matriz econômica dominante no Estado exerce pouca pressão por força de trabalho de alta atividade tecnológica, o que frustra o investimento escolar, já que os postos de trabalho gerados são para atender esse mercado.

Em busca de mensurar esse processo, a metodologia adotada se ancorou em dados quantitativos e debatedores sobre o mundo do trabalho. Em termo da juventude, por ser um termo polissêmico, as análises para esse flanco ocorreram principalmente pela disposição dos dados utilizados, ou seja, conforme a idade estabelecida na legislação atual (referência na elaboração de políticas públicas).

Dados sobre o cenário de emprego foram extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), de 2012 e 2016, disponível no programa de disseminação das estatísticas do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), identificando-os dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) quanto ao nível de competência nas respectivas famílias, para empregos formais. A CBO é um importante instrumento para pesquisadores dessa área, pois possibilita identificar dentro do quadro geral de empregos, geralmente a agropecuária, a indústria e o comércio/serviços, o tipo de ocupação e habilidades para aquela atividade. Desta forma, ao trabalhar com o grau de competência das ocupações, é possível analisar sua complexidade e exigência.

Nesse sentido, para uma visão geral de todas as ocupações, serão utilizados os Grandes Grupos (GGs), já que todas elas se encontram alocadas em algum deles, que vai do 1 ao 9. Os GGs são apresentados com um nível de competência, listado do 2 ao 4, no qual quanto maior, mais exigência daquela atividade. Desse modo, organizados de forma a abarcar ocupações em nível de complexidade, o GG2 e o GG3 concentram o maior número com escolaridade elevada e complexidade das atividades, notadamente de nível 4 e 3, especialmente para superior e técnico de nível médio, respectivamente. O GG1 fora excluído das análises devido sua heterogeneidade.

Os dados educacionais foram extraídos do INEP e QEDu, pois estes trazem números mais atuais da educação nacional e regional com uma enorme diversidade de filtros para suas análises. De posse desses quadros, foi possível confrontar com a CBO em relação a qualificação exigida para cada ocupação, principalmente para aqueles egressos da educação básica e confrontar com a economia local, de tal forma a tecer um quadro de como essa tem absorvido os jovens e sua pressão para que ampliem os anos de estudos.

A tabulação e tratamento desses dados tem longa data, iniciado em projetos de pesquisa financiado pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO) em 2016, *campus* Guajará-Mirim e Cacoal em 2017, e sua atualização a partir do programa de mestrado em educação na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) em 2019. Portanto,

tem seu pés fincados no chão de sala para captar os anseios dos jovens do Ensino Médio, principalmente por ser nessa última etapa que a transição escola-trabalho se apresenta com extrema relevância, residindo aí o objetivo de capturar esse cenário que se apresenta em Rondônia ao final da educação básica.

EDUCAÇÃO EM PAÍS PRIMÁRIO-EXPORTADOR

Kuenzer (2000) ensina que a educação de um povo é permeada pelas ideologias de seu governo e expressa sua concepção de sociedade. Logo, ela busca não apenas fornecer conhecimento e força de trabalho, mas também os valores que legitimam os interesses da classe governante (FRIGOTTO, 2006; MÉSZÁROS, 2008). Ela não é apenas parte do componente social, mas da própria constituição do Estado, nos lembra Xavier e Deitos (2016). Assim, em um país que historicamente fora orientado para produção de produtos tropicais, foi necessário uma força de trabalho para atender essa estrutura econômica.

Para Furtado (2005), a constituição social do Brasil imprimiu um desenvolvimento tecnocientífico raso. As técnicas e capitais eram de baixa envergadura pois se destinavam à exploração de produtos primários para exportação, mormente produtos agrícolas. De maneira que, como é típico nos trópicos, a estrutura, que se levantava, empregava mão de obra de baixa complexidade e reduzida necessidade de investimentos na formação desses trabalhadores, o que era diferente nos países de clima temperado, com uma exploração diversificada e de alto nível técnico (PRADO, 1981).

Foi nesse “chão” que germinou a educação e tem, a partir dos anos de 1980, retomado nos mesmos termos com o recrudescimento da pauta primário-exportadora. O modelo educacional proposto pelas elites rurais, que se aburguesaram, precisaram, portanto, caber nessa economia e formar a força de trabalho nas fileiras escolares, já que o trabalho engendra princípios formativos e educativos necessários (FRIGOTTO, 2006). A vista disso, o ensino precisa atender a uma produção homogênea, de pouco conhecimento técnico, científico e tecnológico com muita destreza, rapidez, repetição e memorização para atividades de complexidade reduzida (KUENZER, 2007).

A reversão desse quadro pode estar em políticas e ações multilaterais, mas principalmente, como aponta a Organização Internacional do Trabalho, na qualidade da educação. Schwartzman e Castro (2013) coadunam com essa perspectiva e afirmam que um melhor cenário para o ingresso no mercado de trabalho, que seja em ocupações de maior complexidade, deve passar pela educação. Entretanto, este aspecto endógeno, que cola na educação um papel redentor, tem caído por terra, junto com a teoria do capital humano. Em uma economia que tem se desindustrializado e reprimarizado desde a década de 1980 (CANO, 2012), tem havido pouca demanda para ocupações de grande complexidade e alta escolaridade, pois esse tipo de estrutura produtiva não pressiona a educação em melhores postos de trabalho (SABOIA, 2009). De modo que, tem sido comum encontrar jovens com alta escolaridade, em um país onde isso ainda é para poucos, qualificados e subempregados, conforme apontam dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Es-

tatística (IBGE) em sua Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua) de 2019.

Logo, o comportamento da educação atual passa pelo cálculo empresarial, que necessita de formação da força de trabalho necessária a essa economia. A mesma precisa reproduzir de maneiras “intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da lógica global de um determinado sistema de reprodução” (MÉSZÁROS, 2006 p. 25), que, no caso do Brasil, é seu arranjo econômico periférico, fornecedor de produtos básicos.

Segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), essa categoria de produtos se caracteriza pelo alto grau de natureza, o baixo agregado tecnológico e a intensa utilização de força de trabalho, na qual se enquadram artigos como: minérios, gêneros agropecuários, grãos, carne *in natura*, etc. Esses itens, que têm sido comumente chamados de *commodities*, vêm tomando conta da pauta econômica do país com influxos sobre a educação.

Nessa esteira, Frigotto (2006) explica que a ciência, a técnica e a tecnologia internalizadas através da educação, por não serem neutras, podem se constituir de forças alienantes ou emancipadoras e, é aí que entra o papel do ensino no Brasil. A formação para atividades simples e complexas, com posição definida na divisão internacional do trabalho para aquele tipo de produção, ganha sentido na constituição do projeto societário em disputa. No Brasil, o baixo investimento em educação, ciência e tecnologia acaba sendo coerente com sua posição de sócio menor no capitalismo, reservado a etapas simples do comércio mundial (MARINI, 2013).

Por isso, nem mesmo o investimento educacional em ascensão dos jovens tem conseguido reverter esse quadro. A escolaridade média da população entre 18 e 29 anos, em constante progressão, vem avançando, mas na contramão, o emprego juvenil tem diminuído. A partir da coleta de dados, é possível identificar que, enquanto outros flancos aumentavam o estoque de empregos, a juventude sofre um curso inverso.

Neste segmento, a distorção por série no ensino médio, mesmo em ritmo de queda, se apresenta muito alta, o que coloca jovens com idade superior à esperada, ainda presentes na última etapa da educação básica, justo em um momento em que o trabalho compete com a escola, explica Rocha (2008). Logo, isso pode gerar uma antecipação na entrada ao mercado de trabalho sem completar fases elementares da educação, principalmente para os filhos da classe trabalhadora (KUENZER, 2007).

Essa etapa, formada por baixa porcentagem de jovens que terminam o ensino médio com uma formação profissional, tem se mostrado anacrônica às novas exigências diante de um mundo que exige trabalhadores de novo tipo (KUENZER, 2000). Dessa maneira, nem mesmo a escolaridade mais elevada, seja daqueles que a concluem na modalidade profissionalizante ou propedêutica e ingressantes no ensino superior, tem sido suficiente para transpor uma barreira ainda muito resistente, que sobrevive há séculos e tem se recrudescido: a estrutura econômica de produção básica para exportação.

HISTÓRICO E RECRUESCIMENTO DA PAUTA PRIMÁRIO-EXPORTADORA

O longo histórico de produção agropecuária, datado dos tempos coloniais, engendrou arranjos institucionais que permitiram preservar o modelo econômico primário-exportador. O sentido da colonização no Brasil não se dava para outra coisa se não

Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio. A ideia de povoar surge daí, e só daí. (PRADO JUNIOR, 2011, p. 12).

Fundada e mantida sob os interesses dos países centrais, concebeu sua economia de maneira subordinada e dependente (MARINI, 2013), como fornecedora de produtos que empregam baixo valor tecnológico destinado ao mercado externo, explica o historiador. Nesse caminho, com posição definida na divisão internacional do trabalho (DIT), desenvolveu uma burguesia que tem passado séculos utilizando de todos os expedientes para manter esse tipo de produção, preservando a tríade escravidão, monocultura e latifúndio sob novas formas.

A estrutura que se ergue no país, mesmo depois de livre da metrópole, mas presa aos “donos do poder”, expulsa os pobres do cenário político, sendo levantada de cima para baixo (FERNANDES, 1976). Em posse do Estado, essa elite cria uma espécie de ornitorrinco, analogia que sintetiza uma sociedade marcada por profundas aberrações entre arcaico e moderno, miséria e opulência (OLIVEIRA, 2003). Esse quadro se conserva até os dias atuais, nos quais nem mesmo a pressão liberal foi capaz de abalá-lo (FAORO, 2001).

De capitalismo tardio e dirigido, a forma clássica desse sistema aqui sofre enorme processo de assepsia. Diante disso, tudo que colocasse em risco o projeto da burguesia nacional e que “poderia exercer, em outras condições, sobre a organização e o desenvolvimento da economia interna, eram pura e simplesmente neutralizadas” (FERNANDES, 1976, p. 22). Por isso, esse sociólogo é categórico ao afirmar que foi o privilégio e não o “espírito capitalista” que pavimentou essa nova etapa. Todo esforço fora destinado para manter a estrutura econômica que atendia ao interesse da classe dirigente, notadamente, destinado a produtos agropecuários.

Com uma revolução industrial tardia, a indústria que nasce daí é marcada pelo baixo grau de desenvolvimento e, como resultado, explica Furtado (2005),

Não conseguindo o Brasil integrar-se nas correntes em expansão do comércio mundial durante essa etapa de rápida transformação das estruturas econômicas dos países mais avançados, criaram-se profundas dessemelhanças entre seu sistema econômico e os daqueles países (p. 151).

Nesse sentido, Furtado explicita que relegado às etapas mais simples na produção mundial, o país se integra ao capitalismo de forma subordinada e determinada, como

fornecedor de *commodities*, com anuência dos “donos do poder” que não medem esforços para sua preservação. Mesmo com o registro do avanço industrial, principalmente a partir de 1930, o setor agrícola continuava orientando as relações econômicas características de países pré-capitalistas (NAKATANI *et al.*, 2012).

A crise da década de 1970 que atingiu o país, ainda sem ter concluído o processo de industrialização para desenvolver uma economia diversificada (FURTADO, 2005), ascende novamente à agenda primário-exportadora. A indústria, principalmente de transformação, começa um período de declínio e um processo de desindustrialização e reprimarização é retomado (CANO, 2012), conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 1: Brasil - PIB Total e Setorial, taxas médias anuais de crescimento em (%)
PIB Total e Setorial: taxas médias anuais de crescimento (%)

Período	1989-2001	2001-2006	2007	2008	2009	2010	2006-2010
PIB Total	2,2	3,0	6,0	5,2	-0,3	7,5	4,6
PIB Agrícola	3,8	3,9	4,8	6,3	-3,1	6,3	3,5
PIB Industrial	1,4	3,2	5,3	4,1	-5,6	10,4	3,4
PIB Ind. Transf.	1,4	2,8	5,6	3,0	-8,7	10,1	2,3
PIB Serviços	2,4	3,2	6,1	4,9	2,1	5,5	4,6

Fonte: Cano (2012)

A indústria nacional, com políticas receptivas a esse modelo, principalmente por meio de uma abertura econômica desregrada, taxas de juros elevadas e políticas cambiais favoráveis (CANO, 2012), perde força e a produção de *commodities* projeta-se para cima. A partir de então, a produção de produtos de alta tecnologia recua, enquanto aquelas de baixa avançam. Entre 1996 e 2011, os setores de elevada produção tecnológica diminuíram sua participação para 5,5% ante os 8,8% no valor de transformação industrial. Enquanto isso, de maneira inversa, aqueles de média-baixa alcançam 33,4% ante os 28,5% e os setores de baixa, passam para 31,4% frente os 33,6%, nos respectivos anos (IPEA, 2017).

Esse fenômeno ocorre enquanto os jovens aumentam sua escolaridade, o que tem trazido uma desconexão entre as expectativas de emprego e a demanda dessa estrutura produtiva. Saboia (2009) explica que esse descolamento sobrevém da estrutura econômica obsoleta do Brasil, sem fôlego para incorporar força de trabalho especializada de alta atividade cognitiva. Desse modo, grande parte destes jovens com formação elevada, acima do que o mercado brasileiro necessita, acaba sendo absorvida em ocupações de baixa complexidade, deprimindo o investimento escolar, principalmente entre as camadas sociais mais vulneráveis (KUENZER, 2007).

RONDÔNIA E A CRÔNICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO E EMPREGO

Dados do TPE (2018), lançado anualmente em seu Anuário Brasileiro da Educação Básica, registra que a escolaridade média da população entre 18 e 29 anos tem avançado, saindo de 9,7, em 2012, para 11,2, em 2016. Na região norte, esses números são um pouco menores, respectivamente 8,9 e 10,4. Nesse quesito, Rondônia só aparece à frente do Pará, com 10,4 ante os 9,2 daquele ano. Na mesma esteira, a taxa de alfabetização tam-

bém apresenta números em ascensão. Nessa, o Estado apresenta não só a terceira maior taxa entre a população de 15 anos ou mais, como se coloca acima da média nacional, com 93,3%.

Em sua última etapa, o ensino médio, também registra bons números. A taxa líquida de matrícula nacional passou de 61% para 67,3%, enquanto Rondônia passou de 50,2% para 62%. São jovens que passam, cada vez mais, a ter acesso a esse ensino, o que é importante para o ingresso no mercado de trabalho de forma decente, que são aqueles com seguridade social (OIT, 2015).

Quanto aos investimentos, os números também se mostram em ascensão, o que é tido como bom sinal. O ensino médio, seja propedêutico ou técnico, estaria com cifras superiores aos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em relação ao PIB (BRASIL, 2016). Excelente notícia, pois, como preconiza a teoria do capital humano, a educação permite melhorar a empregabilidade (CASTELLS, 1999). Todavia, uma análise mais mediada a respeito desses números revela um quadro menos otimista.

Tabela 2: Rondônia - Investimento por aluno no Ensino Médio e Profissional

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Investimento educacional por aluno do ensino médio	R\$ 3.540,76	R\$ 4.001,65	R\$ 5.584,04	R\$ 5.959,84	R\$ 6.651,08	R\$ 7.537,26
Investimento educacional por aluno da educação profissional	R\$ 6.904,96	R\$ 3.717,85	R\$ 3.739,45	R\$ 1.878,95	R\$ 2.083,20	-

Fonte: INEP

Mesmo diante desse crescimento, eles se apresentam bem abaixo do que os apresentados pelos países centrais. Segundo os dados da OCDE (2019), no ensino médio o investimento nacional por aluno é de US\$ 4,1 mil, enquanto nos seus filiados chega a US\$ 10 mil (BRASIL, 2016). O gasto por aluno, ainda que o país tenha ultrapassado a média dos países membros em termos de PIB na educação, ainda é muito inferior.

Essa política se dá devido ao papel que cada um cumpre na DIT. Conforme Frigotto e Ciavatta (2003), em países como o Brasil, o ensino se orienta para atividades neuromusculares, característicos de países dependentes, enquanto os países centrais investem no desenvolvimento de atividades cerebrais. Ao passo que nestes há um alto investimento em ciência e tecnologia, no Brasil eles são baixíssimos, registram esses pesquisadores, pois se adéquam à atividade econômica que devem prestar.

Logo, as políticas educacionais orientadas pelo Estado, historicamente, e mais recentemente, a partir da década de 1990, como destacam esses autores, são orientadas para produzir a força de trabalho necessária a essa estrutura. Nesse sentido, expressam o tipo de sociedade e homem que almejam, reproduzindo a estrutura sociopolítico-econômica, cuja necessidade de formação dos trabalhadores se dá de forma aligeirada, rígida e repetitiva (KUENZER, 2007), em consonância com sua economia de baixo emprego tecnológico.

Nesse cenário, de economia dependente de *commodities*, é que os empregos para os jovens egressos da educação básica projetam-se. Conforme os estudos de Schwartzman e

Castro (2013), os empregos, que o país gerou, têm requerido baixa qualificação. Mesmo diante do bom desempenho da geração de novos postos de trabalho, principalmente desde os anos de 2002, ele tem sido para força de trabalho de reduzida complexidade.

Saboia (2009) explica que esse cenário ocorre, pois nossa economia tem se arranjado para atividade de baixa performance tecnológica, o que imprime investimento e qualificação no mesmo ritmo. Contudo, mesmo o bom comportamento da geração de emprego registrado, este estaria se conformando para ocupações de atividade tecnológica contidas, o que reverbera na pressão sobre a educação.

Desde a década de 1980, em ritmo de desindustrialização e reprimarização da economia, as ocupações para essa estrutura têm frustrado os jovens, sendo a população com maiores dificuldades para ingresso no mercado de trabalho. No mundo todo, a juventude tem sido a faixa etária com as maiores taxas de desemprego, mas na América Latina ela se apresenta mais preocupante (OIT, 2015). No Brasil, mesmo com ritmo alto de crescimento na geração de emprego entre 2003, de 861.014 novas vagas, e 2010, mais 2.860.809, segundo o MTE, a inserção dos jovens no mercado de trabalho não o acompanhou, o que coloca o Brasil em 59º no ranking de geração de emprego para a faixa etária de 15 a 24, absorvendo 69,28% do potencial humano, anota os dados da OCDE (2019).

Entre os países das primeiras colocações em desenvolvimento e utilização do seu potencial humano, encontram-se a Finlândia com 85,85%, Noruega com 84,72% e os Países Baixos com 83,70% para a mesma faixa de idade. Esses também são os que encabeçam as denominadas economias complexas, que exigem alta qualificação dos jovens, na qual até 70% desses terminam o ensino médio com um curso profissional, segundo a OCDE (2019). Enquanto isso, no Brasil esses números não atingem 10% para essa modalidade (BRASIL, 2016). Dessa forma, ao passo que nesses países a economia encontra capital humano de alta qualificação para continuar sua manutenção e escalada nessas posições, o Brasil esbarra em dificuldades para gerar empregos decentes (OIT, 2015), desperdiçando sua força de trabalho mais qualificada.

O investimento em educação é apontado como condição crucial para que o país possa gerar trabalhos e absorvê-los em postos mais produtivos. Porém, como cada país desenvolve papel determinado na DIT, o que orienta o nível de ciência e tecnologia a ser empregado, a educação acaba sofrendo seus influxos, contrariando a teoria do capital humano, já que não é uma questão endógena à educação e, sim, exógena a ela (XAVIER; DEITOS, 2006).

Dados do IBGE, para o Estado, apontam que as atividades mais disponíveis se concentram no setor primário, como a agricultura, a pecuária e o extrativismo (vegetal e mineral). De resultado, Rondônia acaba disponibilizando um quadro de ocupações distantes daquele imaginado pelos egressos da rede básica. Assim, predomina um tipo de serviço que demanda pouca força de trabalho e de baixa qualificação.

Acompanhando o bom momento do país na geração de emprego, o Estado mais que dobrou seu estoque de empregos de 2003 até 2014, quando começou a registrar recuo. Todavia, o período entre 2012 e 2016 não só registrou queda em diversas faixas como apresenta os piores números para o estrato juvenil.

Tabela 3: Rondônia - Número de empregos formais, segundo faixa etária

Faixa Etária	2016	2012	Var. Absoluta	Var. Relativa (%)
De 15 a 17 anos	2.410	3.808	-1.398	-36,71%
De 18 a 24 anos	52.449	68.496	-16.047	-23,43%
De 25 a 29 anos	51.615	62.961	-11.346	-18,02%
De 30 a 39 anos	104.056	108.107	-4.051	-3,75%
De 40 a 49 anos	71.245	72.441	-1.196	-1,65%
De 50 a 64 anos	54.575	46.244	8.331	18,02%
65 anos ou mais	4.774	2.907	1.867	64,22%
Total	341.197	365.142	-23.945	-6,56%

Fonte: MTE/RAIS

Enquanto a população adulta registra aumento de 2,1% nesse período, a juventude crava um recuo de 21,1%. Dados do IPEA (2020), apontam números engrossando a fileira de desemprego no país onde, em 2020, atingiu 27% para aqueles até 24 anos. Nessa faixa etária, a redução de estoque em Rondônia atinge 24,1%, colocando no desemprego um enorme contingente em idade de plenitude física, produtiva e criativa.

As melhores variações se deram nas faixas etárias mais altas, algo que, segundo esse instituto, ocorre por dois movimentos: a crise financeira que, a partir de 2014, tem feito essa população retardar sua saída ou retornar ao trabalho e a maior expectativa de vida, propiciando os mesmos efeitos.

Em Rondônia as maiores quedas em 2016 ocorreram entre aqueles com menos escolaridade, principalmente inferior ao ensino médio. A partir daí os resultados melhoraram, com quedas menos acentuadas, mas com registro positivo apenas para aqueles com ensino superior. Entretanto, isso não significa que, como é possível ver na tabela 6, essa ascensão do ensino superior reflete em ocupação ajustada, ou seja, coerente com a formação. Muito pelo contrário, conforme as pesquisas do IPEA e IBGE, são pessoas que estão se conformando com ocupações para as quais não é exigido essa escolaridade, mas contabilizada.

Tabela 4: Rondônia - Variação relativa e absoluta do emprego formal por escolaridade para a transição 2015/2016 e 2011/2012

Escolaridade	2015/2016		2011/2012	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
Analfabeto	-146	-16,94	-117	-13,07
5ª série incompleta do Ensino Fundamental	-1.382	-14,97	1.133	8,73
5ª série completa do Ensino Fundamental	-1.532	-16,14	-1.824	-11,57
9ª série incompleta do Ensino Fundamental	-4.046	-19,82	-1.076	-3,7
Ensino Fundamental completo	-3.595	-13,47	-1.768	-4,76
Ensino Médio incompleto	-3.253	-12,45	845	3,14
Ensino Médio completo	-7.067	-3,57	12.169	6,95
Superior incompleto	-348	-3,35	265	2,73
Superior completo	3.905	6,77	3.055	6,81
Total	-17.464	-4,87	12.682	3,6

Fonte: MTE/RAIS

Apesar do comportamento ascendente dos indicadores da educação, eles ainda não reverberam na empregabilidade. Ao contrário do que se imaginaria, o panorama dos postos de trabalho não tem melhorado, apresentando uma estagnação, principalmente para ocupações mais complexas. Conforme aponta o trabalho de Saboia (2009), mesmo que os anos de 2014 e 2015 tenham sofrido os influxos da crise econômica que atinge o país nesse período, a desconexão da escolaridade com o mundo do trabalho, no Brasil, vem sendo registrada muito antes desse momento.

A estrutura econômica do país e, especialmente de Rondônia, constrange a geração de emprego de alta performance tecnológica e exigência de competência mais complexa. Desse modo, a população com maior escolaridade acaba sendo ocupada em postos em que essa formação não é exigida, disputando com empregos que poderiam ser a porta de entrada para jovens egressos do ensino médio.

Saboia (2009) explica que nossa estrutura econômica demanda pouca força de trabalho de alta qualificação, assim, grande parte das ocupações bastaria apenas um curso de menor duração. Devido à oferta de trabalhadores com escolaridade elevada, maior do que a capacidade de sua absorção do mercado de trabalho, sublinha que a escolaridade tem sido um fator mais para entrada (critério no processo seletivo), do que alteração na estrutura econômica, que seja do seu grau tecnológico. O autor ressalta que a economia brasileira, historicamente medíocre, emprega pouca tecnologia, por isso esse descompasso. Em ritmo de desindustrialização e reprimarização (CANO, 2012), esse quadro tende a se agravar.

Os dados do RAIS de 2016, contraditoriamente, mas condizentes com o modelo econômico, mostram que a premiação salarial para o ensino superior obteve a segunda pior variação, sendo 4,1%, e perdendo somente o grupo de analfabetos com 5,42%. O ensino médio completo aparece, na sequência, com 2,9%. A premiação salarial por escolaridade vem caindo ao passar dos anos, como revelam os dados do IPEA (2020), e essa já não é mais garantia de emprego, sobretudo em uma economia que não a exige, como ocorre nos países centrais, cuja posição no cenário internacional é em outros termos.

Nesse sentido, recorrendo às vinte famílias de ocupações e seus respectivos grandes grupos (GGs) com maiores estoques de emprego, de tal forma a encontrar as primeiras ocupações mais complexidades, é possível perceber uma queda na quantidade de ocupações de maior competência, dentro da CBO, como a de ensino superior.

Tabela 5: Rondônia - As vinte ocupações com maior estoque em 2016 e 2012 com os respectivos GGs

Varição%	Ocupações/Grande Grupo - 2016		Ocupações/Grande Grupo - 2012	
-4,61%	Preparadores e operadores de máquinas-ferramenta convencionais/7	51302	Preparadores e operadores de máquinas-ferramenta convencionais/7	53782
2,54%	Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos/4	28934	Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos/4	28216
2,39%	Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados/5	28030	Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados/5	27375
15,31%	Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações/5	8789	Vigilantes e guardas de segurança/5	8297
18,18%	Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)/4	7814	Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e alojadouros/5	8248
-4,89%	Motoristas de veículos de cargas em geral/7	7248	Ajudantes de obras civis/7	8134
-12,49%	Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e alojadouros/5	7218	Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios/5	7622
-6,13%	Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios/5	7155	Motoristas de veículos de cargas em geral/7	7621
-20,81%	Vigilantes e guardas de segurança/5	6570	Caixas e bilheteiros (exceto caixa de banco)/4	6612
1,52%	Magarefes e afins/8	5216	Trabalhadores nos serviços de manutenção de edificações/5	6247
2,75%	Professores de nível médio no ensino fundamental/3	5086	Alimentadores de linhas de produção/7	5570
-12,12%	Alimentadores de linhas de produção/7	4895	Trabalhadores de estruturas de alvenaria/7	5494
-12,66%	Porteiros, guardas e vigias/5	4781	Porteiros, guardas e vigias/5	5474
18,36%	Técnicos e auxiliares de enfermagem/3	4765	Magarefes e afins/8	5138
32,79%	Dirigentes do serviço público/1	4641	Professores de nível médio no ensino fundamental/3	4950
-7,58%	Motoristas de veículos de pequeno e médio porte/7	4551	Motoristas de veículos de pequeno e médio porte/7	4924
-3,54%	Professores de nível superior do ensino fundamental (primeira à quarta séries)/2	4362	Professores de nível superior do ensino fundamental (primeira à quarta séries)/2	4522
0,37%	Almoxarifes e armazenistas/4	4334	Almoxarifes e armazenistas/4	4318
-2,86%	Cozinheiros/5	4137	Cozinheiros/5	4259
9,20%	Receptionistas/4	4132	Técnicos e auxiliares de enfermagem/3	4026

Fonte: MTE/RAIS

Em quatro anos, houve uma movimentação estável para ocupações mais complexas, aquelas do GG2 e GG3. Nesse período foram três em cada ano, sendo duas para este e uma para aquele. Entretanto, sua representação em relação ao total do estoque, entre as 20 maiores ocupações que mais empregaram em cada ano, sai de 6,4% para 6,9%, com redução absoluta para a primeira e aumento na segunda, cuja formação é de ensino superior. Ao mesmo tempo, aquelas pertencentes ao GG7 e GG5, cujas competências são de nível 2, continuaram dominando o cenário das ocupações.

Enquanto GG7 “concentra os trabalhadores de produção extrativa, da construção civil e da produção industrial de processos discretos, que mobilizam habilidades psicomotoras e mentais voltadas primordialmente à forma dos produtos” (MTE, p. 04), o Grande Grupo 5

compreende as ocupações cujas tarefas principais requerem para seu desempenho os conhecimentos e a experiência necessários para as prestações de serviços às pessoas, serviços de proteção e segurança ou a venda de mercadorias em comércio e mercados. Tais atividades consistem em serviços relacionados a viagens, trabalhos domésticos, restaurantes e cuidados pessoais, proteção às pesso-

as e bens e a manutenção da ordem pública, venda de mercadorias em comércio e mercados (MTE, p. 05).

No cômputo geral, esses dois Grandes Grupos permanecem, apesar da queda na geração de emprego, representando mais da metade do estoque de emprego.

Tabela 6: Rondônia - Estoque de empregos, segundo os Grandes Grupos: valor absoluto e representação.

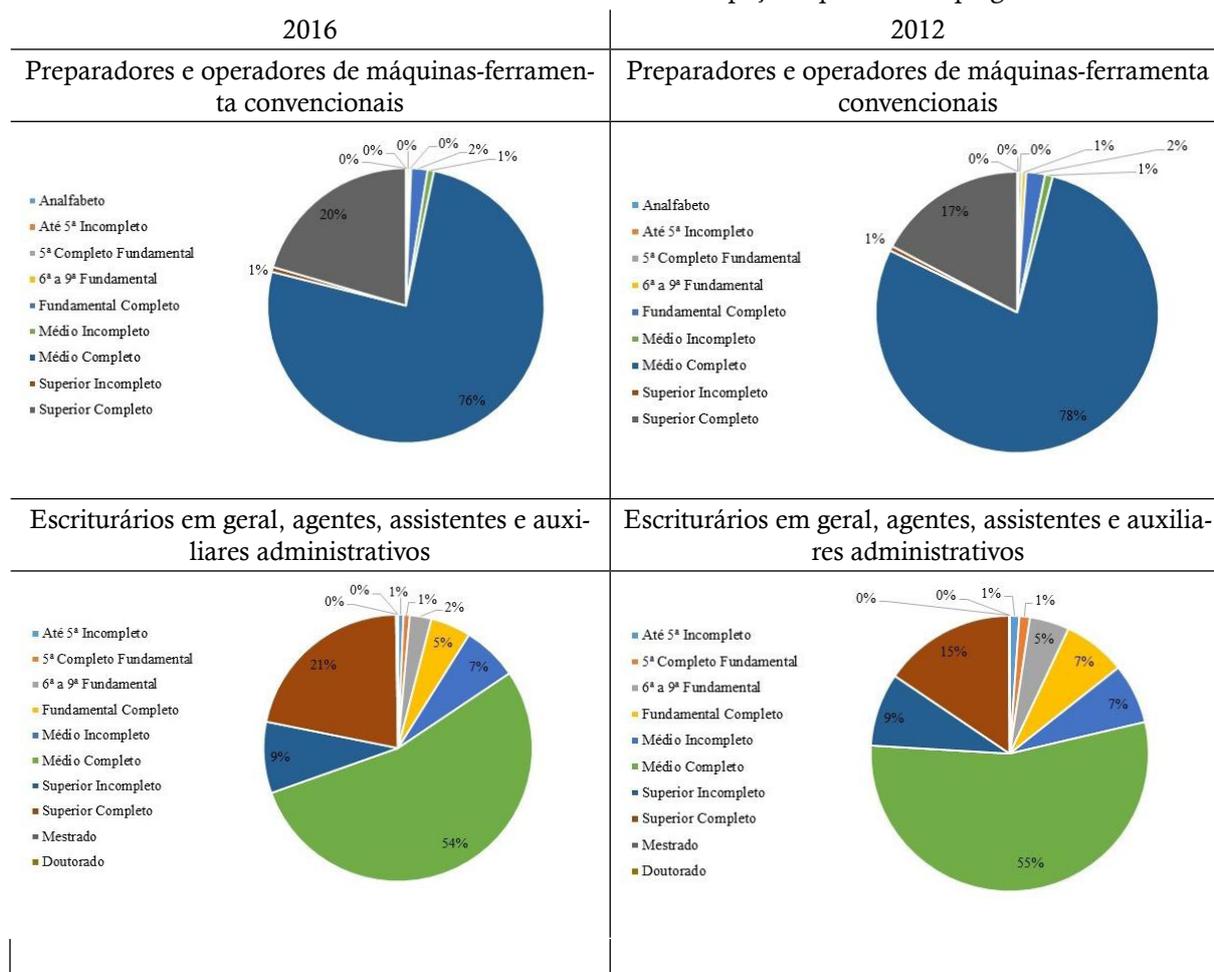
	2016		2012	
	absoluto	representação	absoluto	representação
GG1	15.028	4%	13.772	4%
GG2	26.914	8%	25.850	7%
GG3	28.823	8%	27.623	8%
GG4	57.554	17%	55.743	15%
GG5	82.488	24%	82.380	23%
GG6	10.314	3%	8.813	2%
GG7	96.519	28%	124.791	34%
GG8	11.532	3%	12.374	3%
GG9	9.598	3%	11.758	3%
nc	2.427	1%	2.038	1%
	341.197	100%	365.142	100%

Fonte: MTE/RAIS

Enquanto isso, o GG3, que se refere às ocupações típicas para os jovens egressos do ensino médio profissionalizante, permaneceu com a mesma representação nos dois anos, mesmo com o aumento de mais de mil vagas. O GG2, grupo que comporta principalmente aqueles com ensino superior, por sua vez, registrou aumento tanto absoluto quanto representativo. O maior registro de representatividade se encontra no GG4, grupo que comporta grande número de ocupações ligadas ao setor de comércio e serviços, apontado pelos estudos do IBGE, no qual se realizam as maiores contratações.

Apesar do avanço do GG2, o mercado tem estagnado para ocupação de baixa qualificação e, mesmo com a escolaridade em ascensão, o ritmo de incorporação para o ensino superior e atividade de maior competência tem diminuído, conforme se vê nas passagens de um ano para outro na tabela 4. Essa dinâmica pode ser percebida nos gráficos abaixo, referente às duas ocupações que mais empregaram. É possível identificar um aumento de trabalhadores com ensino superior em ocupações em que essa escolaridade não é exigida.

Gráfico 1: Rondônia - Escolaridade das duas ocupações que mais empregaram



Fonte: MTE/RAIS

Com uma economia que tem se recrudescido para a produção de produtos básicos, de baixa intensidade tecnológica, a baixa demanda por força de trabalho qualificada, conforme revelam os estudos de Saboia (2009), conduz trabalhadores sobrequalificados para postos de menor complexidade. Sem uma economia dinamizada, os jovens acabam se sujeitando às ocupações de menor exigência escolar e qualificação, o que leva o país a desperdiçar de maneira ultrajante a força de trabalho com sua subutilização (IBGE, 2020). Assim, o ensino médio acaba não sendo suficiente para competir com pessoas mais escolarizadas em disputa por vagas para esse nível de ensino, o que conduz, conforme o registrado no gráfico, a presença crescente de força de trabalho com ensino superior.

Esse processo avança em todo o país e tem registrado em Rondônia os mesmos efeitos. Segundo os dados do MDIC, em 2012, o Estado exportou US\$ 791 milhões, 64% de variação positiva em relação ao ano anterior, enquanto em 2016 alcançou US\$ 877 milhões. O fôlego das exportações, mesmo após recuo de 10%, em relação ao ano de 2015 (devido à crise registrada), é retomada atingindo US\$ 1,25 bilhões em 2018.

Apesar da indústria de transformação ainda apresentar a maior fatia das exportações, o que é considerado indicador de economia dinâmica (CANO, 2012), ela é extremamente ligada aos frigoríferos, cuja intensidade tecnológica agregada à produção é de

baixa atividade tecnológica. Ou seja, as exportações têm mais relações com a produção primária do que com o setor secundário, o que implica ocupações correlatas.

Conforme os dados da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (IDARON), com o sexto maior rebanho bovino do país e quinto em exportação, o Estado tem destinado o processamento de carnes ao mercado externo, principalmente chinês, egípcio e russo. Dessa maneira, a carne junto com a soja, estão entre os produtos com maior representatividade nas vendas ao exterior.

Tabela 7: Rondônia - Os dez produtos de maior exportação em números absolutos e representação.

g2016			2012		
Carnes de animais da espécie bovin...	\$349.327.572	43,28%	Carnes de animais da espécie bovin...	\$310.453.534	40,88%
Soja, m esm o triturada	\$215.376.508	26,68%	Soja, m esm o triturada	\$263.645.668	34,72%
Carnes de animais da espécie bovin...	\$43.465.623	5,39%	Estanho em formas brutas	\$22.894.843	3,01%
Madeira serrada ou endireitada long...	\$36.811.388	4,56%	Tripas, bexigas e estômagos de ani...	\$20.285.687	2,67%
Miudezas comestíveis de animais d...	\$27.815.816	3,45%	Madeira serrada ou endireitada long...	\$17.849.227	2,35%
Tripas, bexigas e estômagos de ani...	\$15.642.217	1,94%	Miudezas comestíveis de animais d...	\$14.562.126	1,92%
Minérios de estanho e seus concent...	\$15.076.849	1,87%	Milho	\$13.133.109	1,73%
Madeira (incluídos os tacos e frisos ...	\$13.849.375	1,72%	Óleos de petróleo ou de minerais be...	\$10.131.537	1,33%
Milho	\$10.070.872	1,25%	Minérios de estanho e seus concent...	\$9.544.677	1,26%
Arroz	\$7.320.288	0,91%	Carnes e miudezas com estíveis, fres...	\$8.163.592	1,07%

FONTE: IDARON

Nesse quadro estadual, a transição escola-trabalho se apresenta insegura para os jovens. Com qualidade educacional alinhada a essa conjuntura, fornecendo os recursos humanos nas fileiras escolares, reforça essa condição reproduzindo a estrutura sociopolítico-econômica (KUENZER, 2007). Desse modo, esses anos de estudos não se convertem em empregos decentes para os jovens, mas em cenário nada animador.

Anacrônica ao mundo do trabalho, onde os antigos empregos passaram a ser substituídos por novos, voltados para a sociedade do conhecimento (CASTELLS, 1999), a educação brasileira mantém-se vinculada a um modo de produção mais para o emprego da força física do que de habilidades cognitivas. Em Rondônia, mesmo com indicadores de educações progredindo, o quadro nacional também se repete.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços da educação registrados nos últimos anos, a estrutura produtiva nacional e regional tem sido obstáculo para a absorção dos jovens, principalmente em postos de trabalhos de alta complexidade. Nesse sentido, mesmo com números em ascensão, ela permanece limitada a uma economia que não pressiona em modalidades técnico-científicas mais elevadas, pois a demanda por ocupações de alta atividade tecnológica é pontual e se restringe a apenas alguns aglomerados no país.

Desse modo, as ocupações que o mercado de trabalho brasileiro dispõe para ingressos de jovens requerem, de um lado, baixa qualificação para atividades predominante-

mente neuromusculares, mas do outro, qualificação elevada para êxito nos processos seletivos nos mesmos postos de trabalho. Esse cenário acaba frustrando a continuidade dos estudos, principalmente para os filhos da classe trabalhadora, contribuindo para uma entrada antecipada no mercado de trabalho sem a conclusão da educação básica, projetando esses jovens para postos de trabalho informais, sem proteção social (OIT, 2015).

Nessa esteira, Rondônia com sua ascensão na produção e exportação de carne bovina, junto com a soja, repete a crônica nacional e inibe o avanço de uma economia mais complexa, com influxos sobre as ocupações e políticas educacionais. Ambas acabam convergindo para uma estrutura de baixa atividade tecnológica, cujos avanços têm se reservado apenas à atualização que essa estrutura exige. A educação elementar continua sendo predominante nas ocupações que o mercado do Estado oferece, no qual o ensino médio propedêutico responde por 80% dos postos de trabalho com apenas 8% para aqueles de nível técnico e os mesmos para superior. Um cenário, conforme ensina Kuenzer (2007), que acaba frustrando o prosseguimento dos estudos para, quiçá, além do ensino médio frente os postos de trabalhos que os aguardam.

Sem necessidade de grande volume de força de trabalho com qualificação mais complexa, a baixa escolaridade acaba sendo suficiente para atender o mercado regional, mas insuficiente na concorrência, sendo estopim para evasão e abandono escolar. Logo, essa conjuntura é apenas uma amostra da face cruel da economia que se sujeita para manter um Estado em ritmo de recolonização a preço da superexploração dos mesmos grupos sociais de sempre.

Portanto, o problema da educação, como afirma Kuenzer (2007), não é pedagógico, mas sim político. A estrutura econômica impressa pela elite desde os tempos coloniais e mais recentemente, a partir da década de 1980, com seu recrudescimento, tem acarretado baixa pressão sobre a educação, o que reverbera no tipo de postos de trabalho que essa economia irá gerar. Os recursos públicos destinados à educação, mesmo em ascensão, ainda são modestos e não permitem ultrapassar sua condição de atualização sobre novas formas, cuja formação de força de trabalho destina a atender o mercado de produção primária, como historicamente tem sido.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Estatísticas Educacionais. **Panorama da Educação**: destaques do Education at a Glance 2016. Brasília, 2016.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília, 2010.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa de disseminação das estatísticas do trabalho**. Brasília. Disponível em <http://pdet.mte.gov.br>. Acesso em 23 nov. 2017.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, 2012.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Brasília, 2016.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121.
- CANO, W. **A desindustrialização no Brasil**. Campinas: Instituto de Economia, n. 200, 2012.

- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.
- FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- FRIGOTTO, G. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, J. C. F. e NEVES, L. M. W. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p. 233-263.
- FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: Subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, 2003.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012-2019**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 21 nov 2020.
- IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 19 mar. 2018.
- _____. **Carta de Conjuntura – Mercado de Trabalho**. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/> Acesso em: 10 fev. 2020.
- INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo escolar**. Brasília. Disponível em: <http://www.inep.org.br>. Acesso em: 09 out. 2017.
- KUENZER, A. Z. **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 5ª edição, São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 70, p. 15-39, 2000.
- MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4ª edição, Florianópolis: Insular, 2013.
- MDIC - MINISTÉRIO DA ECONOMIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Estatísticas do Comércio Exterior**. Brasília. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em: 05 set. 2017.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2ª edição, São Paulo: Boitempo, 2008.
- NAKATANI, P.; FALEIROS, R. N.; VARGAS, N. C. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n 100, p. 213-240, 2012.
- OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro: evolução e desigualdades no período 2006-2013**. Brasília: OIT, 2015. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 03 out. 2018.
- OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Education at a Glance 2019: OECD Indicators**, Paris: OECD, 2019
- OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. **Análise Social**, vol. XXV, n. 105 e 106, p. 139-165, 1990.
- PLATAFORMA DADOS EDUCACIONAIS QEDU. Disponível em: <http://www.qedu.org.br>. Acesso em 22 fev. 2018.
- PRADO JR. C. **Histórica econômica do Brasil**. 26ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1981.
- ROCHA-DE-OLIVEIRA, S.; PICCININI, V. C; BITENCOURT, B. M. Juventudes, gerações e trabalho: é possível falar em geração Y no Brasil? **Organizações & Sociedade**, v. 19, n. 62, p. 551-558, 2012.
- ROCHA, S. A inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p. 533-550, 2008.
- RONDÔNIA. Agência de defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia. Disponível em: <http://www.idaron.ro.gov.br/>. Acesso em 19 ago. 2017.
- SABOIA, J. (Coord.). **Tendências da qualificação da força de trabalho**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- SCHWARTZMAN, S.; CASTRO, C. M. Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra. **Ensaio:**

avaliação e políticas públicas em Educação. Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, v. 21, n. 80, p. 563-624, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v21n80/a10v21n80.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017.

TPE - TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**: 2018. Brasília: Moderna, 2018.

XAVIER, M. E. S. P.; DEITOS, R. A. Estado e política educacional no Brasil. In: DEITOS, R. A. e RODRIGUES, R. M. (Orgs.) **Estado, desenvolvimento, democracia & políticas sociais**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006, p. 67-86.